

NOVA HIPÓTESE SOBRE A DECISÃO DE INVASÃO DA BANDA ORIENTAL DO URUGUAI EM 1811: O “FATOR TORRES VEDRAS”

Fernando Camargo¹

Resumo: A historiografia vem apresentando, há mais de 180 anos, diferentes hipóteses que expliquem a decisão do príncipe-regente D. João de invadir da Banda Oriental do Uruguai com tropas luso-brasileiras. Entre elas computam-se, por exemplo, a noção de uma ancestral propensão imperialista portuguesa na América do Sul; a idéia de uma vocação geopolítica lusitana de ocupar a margem esquerda do Rio da Prata e de seus principais afluentes; a particular e isolada tentativa joanina de tirar partido do carlotismo e assegurar direitos de sucessão monárquica a seus descendentes; entre outros. Efetivamente, entretanto, nenhuma dessas posições, de maneira isolada, foi suficiente para convencer a comunidade dos historiadores. O trabalho vem apresentar mais uma possibilidade interpretativa para o fenômeno descrito e verificar a possibilidade de conjugar todas essas hipóteses num único modelo explicativo. A nova hipótese será conhecida como “fator Torres Vedras” e implica a Guerra Peninsular, o traslado da corte para o Brasil e a questão dos tratados de 1810 entre Portugal e Inglaterra.

Palavras-chave: Banda Oriental do Uruguai; Guerra Península; D. João

Abstract: Historiography has been presenting, for more than 180 years, different hypothesis to explain the decision of Portugal’s regent-prince D. Joao of invading the Banda Oriental do Uruguay with Lusitanian-Brazilian troops. Among these explanations one can find, for example, the notion of some ancestral Lusitanian vocation for the occupation of the left margin of the La Plata River and its main subsidiary watercourses; also the particular and isolated Joanian attempt of taking advantage of the Carlottism and of assuring some hereditary monarchic rights to his descendants; among others. Effectively, however, none of these positions, isolated, were enough to convince the historians’ community. This work comes to present another interpretive possibility for the present phenomenon and to verify the possibility of conjugating all those hypothesis together in one explanatory model. The new hypothesis is hereby titled the “Torres Vedras factor” and implies the Peninsular War, the transfer of the Portuguese court to Brazil and the topic of the 1810’s treaties between Portugal and England.

Keywords: Banda Oriental do Uruguay; Peninsular War; D. João

Elementos contextuais

O estado português do início do século XIX, no que concerne à sua capacidade de intervenção política no cenário internacional, estava vivenciando um de seus momentos mais críticos, sendo ameaçado por distintos agentes dispostos a apoderar-se do restante de seu império colonial e da posição de preeminência frente aos assuntos europeus daquela nação ibérica.

¹ Professor da Universidade Federal de Pelotas. Doutor em História.

A Guerra de 1801, justo no início do século, colocou à mostra, tal qual um nervo exposto a fragilidade das defesas militares do país. De fato, as tropas espanholas rapidamente tomaram as principais fortalezas fronteiriças que defendiam o caminho de Lisboa e o acesso àquela capital estava franqueado.

O estaqueamento súbito do avanço espanhol foi decisivo para a sobrevivência de Portugal e para a assinatura do salvador tratado de Badajóz no mesmo ano e sua articulação foi executada sob a batuta arguta do príncipe regente d. João. O tratado tornou-se possível, na verdade, somente pelo apelo aos laços de família e pela desconfiança espanhola acerca dos verdadeiros interesses franceses na promoção do conflito. Meses depois, a assinatura do tratado de Fontainebleu², que, na perspectiva de Napoleão, deveria corrigir os sérios vícios existentes no tratado de Badajóz, acabou praticamente reiterando os mesmos itens básicos constantes nesse último.

Perceptivelmente, a rusga ali nascente entre Napoleão Bonaparte e o insignificante príncipe regente português torna-se pessoal. Em especial porque o tratado de Fontainebleu, construído a seis mãos, contou com a retificação, certamente sob suborno, de um dos irmãos do imperador.

De qualquer modo, a idéia de um novo ataque franco-espanhol contra Portugal tornava-se uma perspectiva sem solução possível no curto prazo. Não havia muitas tropas disponíveis e as que existiam estavam com armamentos obsoletos; o treinamento era ineficiente e os comandantes eram, em grande monta, fidalgos e nobres inexperientes.

A Espanha vivia, nas últimas décadas dos mil e setecentos, uma crise social, institucional e cultural que não pode ser chamada sem precedentes, na medida em que a situação do governo dos últimos áustrias tinha colocado aquele país bem mais perto de um colapso paralisante. Entretanto, tem-se a impressão de que Carlos IV operou à sombra das transformações e melhorias propostas pelo governo de Carlos III. O contraste é mais perceptível se comparadas a atuação do ministro Galvez, com sua permanente “projetite” e seus planos para a grandeza das espanhas, com a do Príncipe da Paz, que operava preferencialmente no gerenciamento cotidiano.

Mesmo não tendo vivido uma Viradeira como a portuguesa, o conservadorismo de Carlos IV em relação ao seu pai era evidente. Mas, de qualquer modo, a Espanha ainda

² É importante não confundir esse com o outro Tratado de Fontainebleu (secreto), firmado em 27 de outubro de 1807.

mantinha fortes indicadores administrativos em direção ao reformismo borbônico, ainda que bastante desacelerado.

Houve, contudo, uma diferença maior entre Portugal e Espanha no campo da política exterior que se manifestou na aproximação progressiva (apesar de momentos de refluxo) dos interesses diplomáticos de Portugal com a Inglaterra e da Espanha com a França. A França da revolução determinou uma quebra mais significativa nessas duas tendências, principalmente no momento da malfadada Campanha do Rossilhão, quando tropas portuguesas e espanholas uniram-se em defesa da monarquia absolutista francesa.

A derrota luso-hispânica aos pés dos Pirineus determinou a reaproximação coagida da Espanha com a França, fenômeno que se estendeu, posteriormente, ao longo do governo Napoleão, até 1808.

Os vínculos familiares entre as duas nações ibéricas e os benefícios do período da “Paz de San Ildefonso”, serviram como um escudo, ainda que não muito eficiente como se verificaria mais tarde, contra incursões estrangeiras, principalmente espanholas, contra o território português na Europa e na América. A Guerra das Laranjas de 1801, entretanto, aniquilou as esperanças de que a proteção do seu sogro livrasse Portugal de investidas. Após 1801, as forças portuguesas ficaram em alerta onde quer que houvesse uma fronteira com a Espanha ou com a França.

Esse ponto de quebra na “paz ildefonense”, ao abrir uma brecha nas relações çuso-castelhanas, permitiu aos ingleses realinharem sua estratégia global, em busca de uma sincronia maior entre seus interesses e a política exterior do príncipe d. João. A proteção de Portugal tornava-se, cada vez mais, uma necessidade e as previsões não eram as melhores, na medida em que ao longo de todo o período de 1801 a 1807, Napoleão permaneceu cobrando de Portugal o cumprimento das cláusulas antibritânicas do tratado de Fontainebleu, quer Portugal estivesse verdadeiramente fraudando-as ou não.

D. Manoel Godoy, o Príncipe da Paz, em que pese ter seu país dividido entre antifranceses e afrancesados, entre liberais e absolutistas, opôs-se, provavelmente seguindo determinações de Sua Majestade Católica, a qualquer nova intervenção armada espanhola em Portugal. Mas quando a proposta de Napoleão foi a de enviar tropas francesas que cruzassem a Espanha para invadir, sendo essa proposta carregada de ameaças à própria monarquia espanhola, tal resistência caiu.

Iniciava-se a Guerra Peninsular (1807-1814), um dos maiores conflitos armados jamais deflagrados em solo ibérico, que custou a vida de milhões de franceses, espanhóis, ingleses e portugueses e, de quebra, arrasou a infraestrutura produtiva luso-espanhola com conseqüências de longuíssimo prazo.

O primeiro momento daquele conflito, celebrado pela historiografia posterior, foi a corrida do General Junot rumo a Lisboa, para apresar a casa reinante portuguesa e submetê-la aos desígnios do imperador. Fato que determina a migração da real família e de parte significativa da corte para o Brasil, sob a proteção naval britânica. Nesse episódio, é de costume recordar a indecisão de d. João, atribuída a seu caráter. Raramente recordaram os historiadores mais tradicionais o peso que semelhante decisão tinha. A ausência do rei no reino abria possibilidades de interpretações político-jurídicas as mais variadas. Essa mesma vacância justificou, em grande parte, a atuação de parte das forças portuguesas durante da Guerra da Restauração, um século e meio antes.

Na verdade, é necessário lembrar que a quebra dinástica era uma constante em Portugal. Se considerada a paridade de direitos reivindicatórios entre Habsburgos e Bourbons, pode-se dizer que a Espanha não possui uma quebra dinástica desde que o país foi criado pela união das coroas de Aragão e Castela, no início do século XVI, ou seja, até o momento em tela, cerca de 300 anos. Em comparação, não existia uma dinastia portuguesa sequer que tenha durado tanto, sem uma renovação dinástica que pudesse ser contestada como usurpatória. Em comparação, a mais notória e duradoura dinastia lusitana, a casa de Avis, nascida de uma discutida usurpação, durou apenas 200 anos. A dinastia de Avis, por sinal, encerrou-se através da ação política de Felipe de Habsburgo (II da Espanha e I de Portugal), que culminou na derrota na Batalha de Alcântara, para o que vale a quadrinha da época:

Que o cardeal-rei dom Henrique
Fique no Inferno muito anos
Por ter deixado em testamento
Portugal, aos Castelhanos
(GLOVER, 1867)

Não parece injustificado, portanto, que o príncipe regente perdesse o sono com a decisão que ameaçava sua coroa e os direitos de sua descendência. É necessário ter em conta que nem rei era ainda, que sua mãe, louca, fora interdita. Os indícios apontavam para a possibilidade de uma crise dinástica, aumentada pela vergonha de “fugir” para longe do reino

e ainda mais sob a proteção de um monarca herético e deixando o reino à mercê dos ateístas da França pós-revolucionária.

Outro elemento importante a ser considerado é o crescimento de grupos políticos ligados às elites intelectuais e econômicas urbanas, que começavam a abraçar, ainda que em sua maioria com restrições, o corolário liberal, principalmente de inclinação constitucionalista. Esses grupos, no transcorrer do século XVIII, na Península Ibérica, foram encarados pelas autoridades civis e religiosas como subversivos, mas sem capacidade de ameaça imediata ao Antigo Regime. Situação que, obviamente mudaria a partir dos eventos de 1789, na França e, mais ainda, após a decapitação do cidadão Luís Capeto, ex-Luís XVI, em janeiro de 1793. Cabeças rolariam na França e na Europa. Cabeças reais inclusive. O príncipe regente deve ter coçado seu pescoço. A ameaça liberal, assim, tornou-se um componente político a ser levado a sério pelos governos europeus que seguiam o padrão do Antigo Regime

Torres Vedras

A história da parte portuguesa da Guerra Peninsular (1807-1811) foi marcada por três grandes fases. A primeira tentativa francesa de ocupação, comandada por Junot, que espera uma rápida vitória, mas teve de enfrentar uma rápida falta de material, provocada pela ação de guerrilheiros sobre as linhas de trens de petrechos franceses e pelo rápido desembarque inglês no Norte de Portugal. A segunda tentativa francesa de ocupação, comandada por Soult, buscava expulsar o ingleses para o mar, retomar a cidade do Porto e ocupar definitivamente Lisboa, mas teve de enfrentar uma resistência inesperada no Porto, organizada por um jovem general vindo das campanhas da Índia: Arthur Wellesley. As tropas francesas mais uma vez tiveram de retroceder Espanha adentro

O general Masséna, então, ficou encarregado por Napoleão da terceira invasão, com uma força superior a 140.000 soldados, número impressionante se comparado aos 200.000 que constituíram o “Exército das 20 Nações” que Bonaparte organizou para invadir a Rússia em 1812. Masséna faria, portanto, a ação final francesa da Península. A ação que permitiria voltar-se, posteriormente à erradicação das guerrilhas portuguesas e espanholas e consolidar a dinastia Bonaparte, na figura de Joseph, na Espanha.

A porta de entrada para o caminho que conduziria a Lisboa, pela pequena península que é formada entre o Tejo e o Atlântico era Coimbra. Tomada Coimbra os franceses teriam a

base que esperavam para marchar triunfalmente sobre Lisboa. E Coimbra caiu. Os estupros, o saque e o vandalismo foram praticados pelos soldados franceses num frenesi que os oficiais franceses não controlaram e até incentivaram. A atenção dos portugueses foi capturada, naquele momento, em torno às discussões sobre o que fariam os ingleses. Corria o boato desesperador de que se preparavam os anglos para uma grande retirada pelo porto de Lisboa, que, por sinal, já tinha sido bloqueado pela marinha de Sua Majestade Britânica.

Era muito disseminada a idéia de que o tesouro inglês, já debilitado pelo bloqueio continental napoleônico, não tinha mais sequer como pagar a comida das tropas que mantinha em Portugal e de que os ingleses, seguros em sua ilha, tornada inexpugnável por sua marinha após a Batalha de Trafalgar, iriam abandonar Portugal à sua sorte, até porque, que vantagem haveria em manter aquela cabeça-de-ponte aberta e pouco defensável.

Talvez os discutidos tratados de 1810 possam ser mais bem interpretados se for considerada essa circunstância específica. Se D. João estava preocupado com esse tópico, a assinatura dos tratados pode, então, ter sido mais influenciada pela invasão de Masséna de 1809-1810, do que pela ajuda inglesa na transposição da família real para o Brasil dois anos antes. Mas essa possibilidade não é, para fins desse trabalho, questão que venha a ser desenvolvida.

O fato é que a reação aos tratados de 1810 foi dura em todos os setores das elites portuguesas, mas em especial naqueles setores vinculados ao comércio do longo curso com o Brasil, pois a taxa sobre produtos metropolitanos era de 16%, enquanto que a taxa inglesa baixou para 15% e a taxa dos demais países permaneceu no patamar de 24%.

Ou seja, aquele que era o regente e não o monarca; de um país com tradição de troca dinástica usurpatória; cuja mãe era louca e interditada; que tinha sido alvo de ataque e invasão por parte do reino do sogro; que tinha fugido para o Brasil; que tinha entregado o reino à sorte do comando militar inglês; naquele momento entregava também o comércio para os ingleses. Esse era um sujeito que precisava redimir-se.

Mas que culpa poderia ter se os franceses não podiam ser detidos? Quem sabe fosse melhor ter afrancesado o reino de Portugal muito antes, talvez até desde a Guerra de 1801? Quanta perda poderia ter sido evitada. Se nada conseguia resistir à força da França napoleônica, a fuga de D. João era até justificável.

Em meio esse quadro, alimentado pela boataria geral, os franceses saíram de Coimbra, rumo a Lisboa. Eles encontraram-se com os ingleses e os portugueses na localidade do

Buçaco. Ali, Wellington conseguiu retardar o avanço dos invasores, impondo-lhes uma vitória parcial. Mas, logo, Masséna reorganizou-se, seu exército era grande demais para abalar-se com uma pequena derrota, seu único inimigo era o tempo. A aproximação do inverno determinava o encerramento da campanha, pois os franceses tinham aprendido o tipo de problema representado pelas rotas de suprimento nos conflitos ibéricos. Perder e avançar. Sobravam soldados em comparação ao inimigo, sobravam soldados e ponto.

Arthur Wellesley jamais fora derrotado pelos franceses e seguiu com esse padrão até Waterloo, batalha na qual comandou os ingleses. Não pretendia, tampouco, entregar Lisboa para o inimigo. Esse nobre de origem irlandesa, ao final de sua carreira, acumulava diversos títulos nobiliárquicos ingleses, mas mesmo em Portugal, onde era um estrangeiro, foi visconde (1808), conde de Vimeiro (1811), marquês de Torres Vedras (1812) e, finalmente, Duque da Vitória (1812), sendo o único estrangeiro na história portuguesa a receber o maior título de nobreza daquela monarquia, o que lhe dava a função de grande de Portugal e um assento garantido nas cortes do reino. Na Espanha, Wellesley foi visconde de Talavera e foi duque de Ciudad Rodrigo, além do raríssimo e temporário título de Generalíssimo das Espanhas.

Quando as tropas francesas chegaram a cerca de 50 km de Lisboa toparam com uma colossal obra de engenharia militar: as linhas de Torres Vedras. Wellington, aproveitando o relevo geográfico e algumas fortalezas pré-existentes, mandou que se estabelecesse, no mais absoluto segredo (cada seção da obra não conhecia a extensão completa do projeto), uma linha de barrancos e elevações no território, de quase 40 km de extensão, que partiam do oceano e corriam perpendicularmente à pequena península de Lisboa, até o rio Tejo.

Atrás dessas linhas, a artilharia anglo-portuguesa podia atirar sem ser vista e, do alto das linhas, os “greenjackets” ingleses e os caçadores portugueses, usando rifles “Baker”, de alcance muito superior às carabinas e mosquetes franceses, atiravam sem serem alvejados, a menos que as tropas francesas se aproximassem demasiado, permitindo que ficassem ao alcance dos temido quadrados e linhas de “redcoats” britânicos.

A artimanha de Wellington, que vinha sendo preparada havia meses, foi um sucesso, por dias as imensas forças de Masséna bateram-se contra o paredão artificial de Torres Vedras. A inutilidade a empreitada logo ficou patente, em meio a um banho de sangue, deserções em massa e à ameaça de rompimento das linhas de suprimentos, Masséna desistiu, iniciou a retirada e foi substituído no comando. As tropas francesas nunca mais retornariam a Portugal.

Enquanto isso, na Espanha, na indevassável cidade de Cádiz, na ilha de San Fernando, as cortes preparavam uma constituição, o que faria, mais adiante, que a Espanha viesse a ser o segundo país europeu com uma carta liberal. Uma ameaça liberal, agora, vizinhava os portugueses.

Se havia uma chance de não ser responsabilizado antes, agora é provável que D. João não mais acreditasse nisso. Ele precisava de redenção e precisava imediatamente. Mais do que regente e mais do que herdeiro, ele precisava converter-se de alguma maneira num herói. Preferencialmente num herói conquistador, vencedor de inimigos, antigos e novos. Mostrar-se capaz de comando e portador de espírito de liderança.

Ato contínuo à sua chegada ao Brasil, já tinha mandado invadir Caiena, na Guiana Francesa, em represália às invasões francesas. Mas esse ato passara um tanto despercebido pela sua insignificância para os luso-brasileiros e pela pouca sustentabilidade daquela posição.

A Banda Oriental do Uruguai podia, num só golpe, resolver essas dúvidas redentoras de D. João. Vingava as ações espanholas de 1763, em Rio Grande, e de 1777, em Desterro. Dava novo território fornecedor de matérias-primas a uma nova indústria de grande sucesso e lucratividade: o charque e mostrava o excelente líder que era o príncipe, que de uma só mão poderia livrar a campanha uruguaia do controle artiguista, colocar sua mulher como protetora das espanhas americanas e ganhar alguns pontos de prestígio com seu cunhado e futuro rei da Espanha.

D. João, conquistador de Caiena e da Banda Oriental do Uruguai e, quem sabe, pacificador de Buenos Aires e protetor da regência de sua esposa. Poder voltar em triunfo para a Europa, redimido e glorificado. Jus fazedor do cargo que lhe aguardava.

Marchou para o sul o exército português e a meio caminho mudou o rumo para o Norte, mais uma vez. D. João não era Napoleão e Artigas não era Wellington. Cada um corre para seu lado, na verdade, são dois retrocederes em marcha acelerada, por propósito nenhum. Para Artigas foi o momento de propor a existência de uma pátria oriental, para D. João o momento de cozinhar melhor os planos de grande invasão de 1816. Mas essas já são outras histórias.

Bibliografia

- BRAGA, Theophilo. *Cancioneiro e romanceiro geral portuguez*. Porto: Typographia Lusitana, 1867.
- CAMARGO, Fernando. *Britânicos no Prata: os caminhos da hegemonia*. Passo Fundo: EdiUPF, 1996.
- CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo fundo: Clio Livros, 2001.
- CARABIAS TORRES, Ana María (Ed.). *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial*. Salamanca: Ediciones Universidad, 1996.
- COLVERO, Ronaldo, Bernardino. *"...bajo su Real Protección": o Império português rumo à Banda Oriental (1808-1812)*. Porto Alegre: -PPGH-PUCRS, 2009. Tese.
- COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos da Intervenção portuguesa na Banda Oriental Do Uruguai (1811 e 1816)*. Assis: PPGH-Unesp, 2008. Dissertação.
- CUNHA, P. Penner da. *Sob Fogo – Portugal e Espanha entre 1800 e 1820*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- GLOVER, Richard. Arms and the British Diplomat in the French Revolutionary Era. In: "The Journal of Modern History". Vol. 29, No. 3. Chicago: The University of Chicago Press, Sep., 1957, p. 199-212.
- GODECHOT, Jacques. *Europa y América en la época napoleónica (1800-1815)*. Barcelona: Nueva Clio, 1976.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1992.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe em dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.